



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO DA PRAÇA SÓ ALEGRIA: PROCESSO, PROJETO E EXTENSÃO

Autores:

Vítor Soares Miceli - FAU USP - vitor.miceli@usp.br

Mayara Barbosa de Almeida - IF SP - mayara.barbosa@aluno.ifsp.edu.br

Resumo:

O trabalho buscou fazer uma análise processual e uma Análise Pós Ocupação (APO), da praça Joaquim Agostinho Zeferino, Só Alegria, localizado na Zona Oeste da Cidade de São Paulo na favela Jardim Jaqueline. O projeto, nasce em 2013 como um matéria do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, passando para um projeto de extensão em 2015 e em 2016 como um projeto da entidade autogerida FAU Social. O texto busca analisar esses processos fazendo luz ao conceito de “extensão”, para assim entender como o local foi construído e como é utilizado, valendo-se da APO.

AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO DA PRAÇA SÓ ALEGRIA: PROCESSO, PROJETO E EXTENSÃO

INTRODUÇÃO

O artigo busca fazer uma análise da implantação e do projeto da praça Joaquim Agostinho Zeferino, Só Alegria, localizada no Jardim Jaqueline na zona Oeste de São Paulo, assim como o seus usos, fazendo paralelos com o projeto e a realidade encontrada. O desenvolvimento, se deu, inicialmente por um projeto de extensão que se originou de uma matéria (AUP 282 – Planejamento urbano IV – 2013) da graduação da FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). Após três anos de desenvolvimento do projeto e muitos momentos nas articulações políticas, realiza-se a parceria com a recém criada (à época) entidade estudantil autogerida FAU Social e com o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU, o LabHab. Juntos, revisam o projeto e buscam concretizá-lo. Com o desenvolvimento das articulações políticas, junto com o empenho do grupo de projeto, o local começa a ganhar seus usos, com as obras de partes do projeto inicial. Após cerca de um ano e meio do início de sua construção e inauguração, algumas partes do projeto ainda não foram concluídas, no entanto, o afastamento temporal permite já realizar algumas análises no tocante ao desenvolvimento metodológico do projeto e na apropriação do espaço, assim possibilitando correções para o acompanhamento do restante da construção dos espaços.

Sendo assim, o artigo busca retomar processos importantes na consolidação do projeto, conceituando a chamada “extensão universitária” e realizando uma Avaliação de Pós Ocupação, entendendo a importância desses estudos para o desenvolvimento mais aferido de metodologias projetuais e de desenho realizando uma avaliação que “abrange o programa desde a sua concepção, passa pelos processos de implementação, avalia os resultados e impactos posteriores (...) de modo a garantir uma melhor apreensão das informações e compreensão mais abrangente do processo (GROSBAUM, 2012, p. 66), mesmo que não abarque todos os pontos que uma avaliação pós ocupação pode analisar.

A INSERÇÃO DA PRAÇA NA CIDADE: O CONTEXTO URBANO DO JARDIM JAQUELINE

O Jardim Jaqueline é um bairro da zona oeste da cidade de São Paulo/SP (Figura 01). Seu entorno é permeado pela Rodovia Raposo Tavares, um *shopping center* homônimo, a Avenida Eliseu de Almeida e um condomínio fechado de alto padrão (Figura 02). O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) define o perímetro como ZEIS 1 (Zona Especial de Interesse Social) - favelas e assentamentos informais localizados em áreas urbanas providas de infraestrutura. Além disso, o PDE estabelece APP's (Áreas de preservação Permanente) no entorno devido à presença de dois córregos da bacia do rio Pirajussara, cujas nascentes estão ocupadas, atualmente, pelo Raposo *Shopping* e pelo Condomínio Espaço Raposo, enquanto os cursos são ocupados pela própria favela.



Figura 01: Localização do Jardim Jaqueline no contexto do município de São Paulo. Fonte: R7.

A ocupação do espaço iniciou-se nos anos 1960 com algumas construções e em 1973 o arruamento da região estava definido, apesar da redução da densidade arbórea à época, devido a atividade das olarias, os cursos d'água ainda estavam preservados. O processo de ocupação da área a partir da década de 1970 seguiu o fenômeno de expansão das favelas na cidade de São Paulo (MARQUES; SARAIVA, 2011) derivado do processo de industrialização da região metropolitana e abrigo de população de diversos estados, principalmente da região nordeste do Brasil. É interessante mencionar que o Jardim Jaqueline se desenvolveu em uma prefeitura regional que abriga distritos muito divergentes entre si (Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia), principalmente em relação ao uso do

solo e renda média. A Vila Sônia, onde localiza-se o Jardim Jaqueline possui diversos edifícios residenciais de médio e alto padrão coexistindo com ocupações horizontalizadas e precárias, áreas industriais e comércios, sendo que a favela é a segunda maior da prefeitura regional.



Figura 02: Localização da Praça Só Alegria no Jardim Jaqueline. Fonte: Bing Maps.

Em decorrência da implantação de uma das estações da Linha 4 - Amarela do metrô, a prefeitura desenvolveu para a região uma Operação Urbana, planos que visam promover melhorias em regiões pré-determinadas da cidade através de parcerias públicas privadas, com o objetivo de verticalizar a região, aumentando sua densidade construtiva e atraindo investimentos para a construção de empreendimentos de classe alta. Enquanto isso, o Plano Municipal de Habitação (PMH) só prevê intervenções na área do Jardim Jaqueline em 2021, com um projeto de reurbanização de favelas, com a intensificação da especulação imobiliária devido à Operação Urbana a insegurança e precariedade em relação à posse só aumentam.

De acordo com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2015) o Jardim Jaqueline possui área de 134.442,89m² e 3392 domicílios. As redes de água e energia elétrica que permeiam o bairro são oficiais, porém a rede de esgoto oficial só está presente em duas ruas, nas demais foi executada pelos moradores. Uma região em específico do Jardim Jaqueline possui maior precariedade em relação ao assentamento, essa região é conhecida como CIT e possui risco em relação ao solapamento das margens dos cursos d'água e escorregamento de encostas segundo o IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Em 2000, existiam cerca de 1300 moradias no local, abrigando famílias com renda média de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em 2012 a renda média subiu para R\$787,45 (setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) sendo a renda *per capita* de R\$428,81 (quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos).

Atualmente, pode-se observar altas taxas de analfabetismo e uma porcentagem bastante significativa de jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte um) anos que não completaram o ensino médio (73%), além do baixo acesso ao ensino superior em todas as faixas etárias. Cerca de 60% da população do bairro (acima dos dez anos de idade) está empregada e a maioria dessa porcentagem trabalha em outro bairro (72%). Em relação às atividades econômicas locais, destaca-se a massiva presença de comércios principalmente relacionados à alimentação, e serviços como oficinas mecânicas, salões de beleza, conserto de aparelhos domésticos, etc. (ZAMONER, 2013)

O entorno no Jardim Jaqueline possui muitos equipamentos públicos, tais como creches municipais, centros de referência à assistência social, unidades básicas de saúde e escolas de educação infantil. Entretanto, a comunidade não desfrutava de nenhum equipamento de lazer, exceto um campo de futebol desativado em 2017, e é a partir da experiência relatada a seguir que a relação entre o espaço público e a população local começa a ser transformada.

A APROXIMAÇÃO COM A ACADEMIA

O projeto da praça nasceu com uma matéria de desenho urbano e urbanismo da graduação da FAU USP em 2013. Para realização dessa matéria, o contato com a comunidade do Jardim Jaqueline era fundamental, se destacando pelo empenho por parte dos estudantes e do corpo docente em aprofundar o conhecimento sobre o local, não se limitando a construções idealizadas¹ de favelas, entrando em contato com a população e com o local. Vale ressaltar a presença de duas estudantes de Mestrado, Tatiana Zamoner (2013) e Heloisa Diniz (2015), sendo a tese de Zamoner pautada exclusivamente sobre o Jardim Jaqueline, a partir do início do processo de regularização fundiária via Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DEPEPSP nos anos de 2011 e 2012.

Vale pontuar, o desejo por matérias que de fato, levem o conhecimento para fora das salas de aula é grande entre os estudantes e entender o papel social do arquiteto passa por entender o papel do estudante/pesquisador e para isso, Paulo Freire (1983) traz uma enorme contribuição:

“Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.” (FREIRE, 1983, p.15)

Sendo assim, a prática de externalizar e retroalimentar o conhecimento acadêmico com a vivência cotidiana da população em geral é de enorme valia e necessidade, e a prática estudantil por meio da chamada “extensão” é uma via importantíssima, como veremos adiante.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ao término da matéria, um dos integrantes do grupo desejou continuar o processo de trabalho iniciado pela matéria, sendo assim em 2014 se formou um grupo de extensão composto por 2 estudantes de graduação, Daniel Collaço e Willian Valério, orientados por

¹ Das 60 matérias obrigatórias do curso de Arquitetura e Urbanismo da USP, somente a matéria em questão possibilita o contato com favelas de modo efetivo, sendo assim, durante o curso de graduação em arquitetura, poucas são as matérias voltadas para o trabalho com comunidades e contextos pré existentes (desconsiderando matérias optativas). As disciplinas voltadas à prática projetual, em sua maioria, consideram o terreno como terra arrasada, construindo o projeto do zero. A importância de tal contato se revela quando observamos a pesquisa conduzida pelo CAU (Disponível em <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>, acessado em 08/10/2018), mostrando que somente 7% da população economicamente ativa teve contato com o trabalho de arquitetos e urbanistas, sendo que nas classe A, o número chega a mais de 50%, demonstrando que a renda é um dos fatores determinantes para a contratação ou não do serviço arquitetônico

uma professora pesquisadora o LabHab, que juntos buscaram dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela matéria de graduação. O trabalho buscou seguir o que havia se desenvolvendo na graduação, um plano diretor para a favela, no entanto não houve concordância por parte da comunidade, representada pelas lideranças, que por acompanhar de perto a dificuldade da realização de grandes projetos, como o caso da regularização fundiária não via possibilidades de aplicação prática de um trabalho tão grande e complexo como o apresentado. Posteriormente o grupo tentou desenvolver projetos de qualificação para miolos de quadra, também sem muito sucesso pela complexidade da aplicação sobre o real.

Sobre esse momento do envolvimento estudantil para com a comunidade do Jardim Jaqueline, pontua Zamoner (2013):

“Mesmo entendendo a inviabilidade de aplicação integral do desenho que foi colocado à sua frente, uma das lideranças, de forma madura e consciente, lamentou o fato de da municipalidade nunca ter pensado em nada para eles (moradores) (...) e que o esforço dos alunos havia trazido algo de muito valioso a comunidade, que era a “possibilidade de futuro” (p.61)

Nesse ponto, o contato com a pesquisadora Tatiana Zamoner foi de vital importância para o desenvolvimento do trabalho, pois com sua orientação, junto com a sinalização das lideranças locais, o grupo voltou às atenções para o espaço público sem ocupação ao lado do Shopping Raposo, local que viria a ser a Praça Só Alegria anos mais tarde.



Figura 03: Panorâmica do espaço antes das intervenções. Fonte: Daniel Collaço.

Com o alinhamento do escopo do projeto, o programa do espaço começou a ser desenvolvido a partir de conversas do grupo de projeto com as representantes comunitárias, Nívea Maria e Elisabete Silva. Nesse ponto podemos destacar a importância do contato estabelecido entre os extensionistas e a comunidade e suas representantes, que de fato faziam a legitimação do projeto.

Vale ressaltar que em favelas, os espaços livres são raros devido a pressão por habitação, e quando existem são pouco qualificados, normalmente campos de futebol de terra batida. Sobre isso, Tatiana trata da seguinte forma o caso do Jaqueline: “Adentrando no universo das carências e potencialidades, as mães presentes lembram que existem poucos locais de ‘lazer para crianças’ no entorno próximo” (ZAMONER, 2013, p.74). Sendo assim, reforçar e qualificar espaços públicos, como ruas, praças e parques é de extrema

importância, pois além de proverem serviços ecossistêmicos² importantes, são espaços que potencializam a cidadania, mas que infelizmente são pouco qualificados, quando existem, nas periferias como explicita Marcia Grosbaum (2012):

“a presença, nas grandes cidades, de áreas de lazer equipadas, bem como outras formas de espaços públicos de uso coletivo, é um aspecto da qualidade do ambiente urbano que se mostra mais deficitário à medida que nos afastamos das áreas centrais valorizadas pelo mercado imobiliário” (p.1)

Após o desenho do projeto da futura praça, houve uma produção de um material gráfico para que assim possibilitasse a chamada de uma assembleia, agora buscando um contato direto com os moradores, visando debater sobre o projeto. No entanto, para essa reunião, apesar de amplamente divulgada, contou com a presença de aproximadamente uma dezena de pessoas interessadas.

Nesse ponto notamos a primeira dificuldade em articular os interesses comunitários. A dificuldade pode ser causada por inúmeros fatores, tais como a alta carga de trabalho dos quais a população é sujeita, sejam trabalhos fora de casa ou dentro de casa, especialmente a população feminina e a falta de interesse por participação pública em decorrência da ausência do aparelho do Estado, ou quando há a presença, realizada de forma totalmente vertical, de cima para baixo, comumente via violência policial.

O espaço reivindicado para uso de uma praça tinha, de certo modo, um grande potencial para a comunidade, sendo representativa de como os espaços públicos são negligenciados em áreas periféricas. A partir do trabalho da Defensoria Pública, 02 (duas) áreas foram delimitadas para uso público no Jardim Jaqueline, sendo uma delas o objeto de estudo do presente artigo. A área se localiza ao lado do Shopping Raposo Tavares e este em determinados momentos buscou anexar o local, público, dentro de seus limites. Podemos citar o caso do uso do espaço para acúmulo de entulho das obras de ampliação do próprio Shopping e que posteriormente “a administração do shopping deslocou sua cerca de divisão, revelando a existência de uma área verde pública, onde foram plantadas árvores sem qualquer equipamento de lazer” (ZAMONER, 2013, p.74). É válido mencionar que foram plantadas paineiras, árvores que durante o crescimento apresentam espinhos (Figura 04) conhecidos como acúleos, extremamente perigosos, em clara mensagem para não se ocupar o local com nenhuma atividade lúdica, especialmente para as crianças, mediante os riscos de acidentes e ferimentos.

² Podem ser resumidos como serviços prestados por áreas verdes/áreas livres no quesito da qualidade ambiental, urbana ou não, tais como: drenagem, redução de ilhas de calor, sombra, reduto de fauna e flora, etc.



Figura 04: Espinhos naturais das paineiras. Fonte: Autor

Apesar da ocupação conflituosa, a presença do Shopping ocupando esse local, uma área pública, possivelmente acabara por proteger a área de ocupações residenciais, de certo modo preservando a área livre (em decorrência da pressão por habitação), que por meio da luta popular junto com o empenho estudantil, anos mais tarde se tornou uma praça.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA PARA EXECUÇÃO DO ESPAÇO

A pesquisa iniciada pelos estudantes de graduação se desenvolveu, tendo sido apresentada no 23º SIICUSP (Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP) no ano de 2015. Após esse período, o projeto entrara em um período de latência, não havendo desenvolvimento por parte dos estudantes. No entanto, suas lideranças continuaram a articulação política visando construir efetivamente o espaço, enquanto ainda mantinha contato com o grupo de extensão, sinalizando as possibilidades de construção do espaço. A articulação com um vereador, via sua assessoria de gabinete possibilitou a articulação com subprefeitura do Butantã (desde 2017 Prefeitura Regional). Com isso, uma verba de emenda parlamentar já destinada ao uso em praças pode ser usada, para a construção da área de ginástica e aquisição dos equipamentos. Além disso, possibilitou também uma reunião com entes privados que realizavam parcerias com a subprefeitura em trabalhos sociais, como uma empresa de panificação e uma empresa de materiais de

construção, que também financiaram a construção de partes da praça em outro momento. A partir dessa conjuntura, a possibilidade de construção do espaço estava cada vez mais perto.

O dinheiro da emenda parlamentar estava destinado ao uso em espaços públicos, no entanto não tinha um local específico para ser alocado. Em locais em que a demanda por construção de infraestrutura é tão latente, a possibilidade de haver verbas previamente destinadas mas sem destino específico demonstra a fraqueza do Estado nos meios burocráticos de seu funcionamento.

ENTRADA DA ENTIDADE AUTOGERIDA FAU SOCIAL

No ano de 2016 surge a entidade estudantil autogerida FAU Social, grupo que buscava realizar projetos arquitetônicos, urbanísticos e da área de design voltados para a população que normalmente não tem contato com o trabalho desses profissionais, destacadamente a população de baixa renda que acaba sendo a mais prejudicada pela ausência desses trabalhos.

Ao saberem da criação desse tipo de coletivo, o grupo de extensionistas fez o contato para que o coletivo pudesse selecionar o projeto da praça no Jardim Jaqueline, já que havia a possibilidade de concretização das obras pelo andamento político, como um de seus trabalhos semestrais, o que acabou de fato acontecendo, possibilitando um grupo maior de projetistas que junto ao LabHab auxiliou na revisão e concretização do projeto por meio da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Paulo.

O grupo de projeto foi composto por 15 (quinze) estudantes³ da graduação somados aos dois extensionistas originais. O começo do trabalho foi entender o projeto já desenvolvido, a conjuntura política e técnica que pudesse possibilitar a construção efetiva da Praça. Para que isso fosse possível, seriam necessárias algumas etapas: revisão do projeto para fins do início das obras, orçamento e aproximação com a comunidade.

O grupo então realizou a primeira visita ao local e a favela. Ao adentrar no espaço da futura praça ficava nítida a dificuldade da ocupação qualificada, pois o terreno apresentava muitas ondulações, demandando alguns aterros e cortes para áreas planas, mas ao mesmo tempo potencializava possíveis usos lúdicos, como a área de anfiteatro. Ao conhecer espaços da favela, junto com as líderes comunitárias, ficava clara a necessidade de um espaço aberto qualificado, especialmente para as crianças, conforme já enunciara Tatiana na sua tese (2013).

As reuniões se seguiram, usualmente no espaço do LabHab, normalmente uma vez por semana, com os membros do grupo de projeto. Os próximos passos buscaram caminhar para a efetiva construção do local, e para isso seria necessário o desenho executivo (ou o mais próximo disso) e discussões acerca de possíveis parceiros para executar a praça, como entes privados e entes públicos via emendas parlamentares. Ainda sim, levantamos a hipótese de construção da praça via mutirão. Vale ressaltar que a partir desse momento, o

³ Sendo os quinze estudantes: Gabriela Takahashi Takiuti, Amanda Dias Rossi, Elisa Zocca Carneiro, Mariana de Paola, Julio Herminio Bressan Martins, Lucas Piaia Petrocino, Beatriz Sayuri Nobumoto, Patrick Lima, Isabel de Vivo, William Valerio, Daniel Collaço, Bruna Sato, Joana Rodrigues e Vítor Soares Miceli, todos graduandos pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Beatrice Gevi, da Facoltà di Architettura di Genova, Itália.

grupo de projetos, especialmente os mais novos, tomava contato com atividades relacionadas ao ramo da arquitetura, urbanismo e design que só a graduação não é capaz de mostrar, como a complexidade política envolvida em projetos públicos. O papel da extensão universitária se torna fundamental no processo de formação dos estudantes e futuros profissionais pois possibilita que se alimente o entendimento sobre nossas ações e, portanto, possibilite uma práxis revolucionária mediante reflexão:

“A conscientização implica, pois, que ultrapássemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. (FREIRE, 1979 p.15)

O orçamento do projeto, realizado pelo grupo chegou na quantia de cerca de quinhentos mil reais, via Tabelas de Composição SINAPI⁴, mostrando que a construção de uma só vez de toda a praça seria praticamente impossível. A emenda parlamentar disponível era de somente cinquenta mil reais, provenientes do vereador. A partir desse momento, buscamos ativar os contatos com os entes privados que pudessem se envolver com a construção do espaço, como o Raposo *Shopping*, o que poderia representar um outro momento das relações entre o empreendimento e a comunidade.

Concomitantemente, parte do grupo desenvolvia métodos de aproximação com a comunidade, a pré ocupação de um espaço público é uma etapa crucial nesse tipo de projeto. Busca-se criar a familiaridade com o espaço e com os possíveis usos que poderiam existir, desse modo, quando implantado os espaços, a apropriação pela população se dá de maneira muito mais efetiva. Somada a essa condição, a aproximação também buscou criar uma via de diálogo com os possíveis usuários da praça, e com isso refinar ainda mais o projeto de acordo com as necessidades locais, realizando trocas de expectativas e ideias. Nesse momento foi pensado um ciclo de atividades, que envolveriam oficinas de reciclagem, apropriação de espaços públicos e horta/jardinagem.



Figura 05: Sinais de uso do espaço antes da qualificação. Fonte: Daniel Collaço.

⁴ "SINAPI - Índices da Construção Civil Caixa." (disponível em <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/Paginas/default.aspx>. Acessado em 21 nov. 2018). O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) é formatado pelo Decreto 7983/2013 e “estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública federal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União”.

A medida que o projeto andava, a interlocução do grupo com a arquiteta da prefeitura regional do Butantã era de enorme valia, pois a cada etapa o grupo avançava na possibilidade de construção efetiva do local. Para isso, alguns detalhes foram redesenhados algumas vezes. Para esses redesenhos, contamos com ajuda de um estudante da Escola Politécnica da USP, Allan Costa Nunes, que realizou o levantamento topográfico da praça, com enorme precisão, o que possibilitou um ajuste maior do projeto, contando com a localização exata das árvores por exemplo.

Com a ideia de realizar o ciclo de atividades, o grupo buscou conversar com a professora Catharina Pinheiro Lima⁵, que possui larga experiência em realizar atividades comunitárias no tocante ao paisagismo e memória. Foi sugerida a realização de uma atividade de cartografia afetiva no próprio local, um evento que pudesse atrair parte da comunidade interessada no espaço. Para tal, foi sugerido também a produção de plantas humanizadas e desenhos em perspectiva do desejo do projeto, para facilitar o diálogo com os moradores. Foi comentado também a possibilidade de reincluir no projeto um local de prática esportiva, uma mini quadra, demanda que também surgiu por parte da comunidade em conversas com a liderança Nívea (Figura 06).



Figura 06: Planta humanizada. Elaboração: Grupo de projeto.

Com a proximidade da data do início das obras, após inúmeras revisões do projeto, foi organizado um café da manhã/assembleia na própria praça. Para isso, o suporte das líderes da comunidade foi fundamental, organizando a divulgação da atividade e se responsabilizando pela alimentação. Nesse dia, uma quantidade considerável de crianças se fez presente, demonstrando a real necessidade de espaços como aqueles no Jaqueline e em outras comunidades. A medida que conversávamos com os interessados, muitas crianças corriam e brincavam pelo espaço. Em um determinado momento, o grupo coletou textos e desenhos dos pequenos, que mostravam quais eram os maiores desejos de atividades para aquele local. Destacaram-se os desejos por piscinas e pistas de skate (Figura 07).

⁵ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1978), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1987) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1997), leciona na Universidade de São Paulo desde 1988 na área de Projeto da Paisagem.

Nesse momento vale pensar em como interpretar tais desejos. Como planejar o uso de água em espaços públicos, pistas de skate, com atividades voltadas para crianças? Sendo assim, mesmo que singela, a aproximação com a comunidade se mostrou muito frutífera, importante e desafiadora.



Figura 07: Desenhos realizados pelas crianças presentes. Fonte: Joana Rodrigues.

Após os ajustes finais, iniciam-se as obras no local, primeiramente com a implantação da área de ginástica, por parte da Subprefeitura em Setembro de 2016. De imediato foram constatadas mudanças programáticas e de desenho, com a justificativa de inviabilidade técnica para a construção conforme o projeto. Parte do grupo entendeu que não houve interesse por parte da construtora de dialogar com os estudantes, pois pelo modo de contratação do serviço, a empresa não tinha qualquer vínculo formal com os estudantes. No entanto, apesar do pouco diálogo, algumas mudanças foram proveitosas e o projeto enfim, saía do papel, o que de certo modo animou o grupo.

Pouco tempo depois, a parte que cabia a uma das empresas privadas fora construída, mas o grupo de projeto havia encerrado a sua participação oficial com o Jardim Jaqueline, em decorrência dos calendários acadêmicos e da entidade FAU Social.

O contato com diversas pessoas foi crucial para o desenvolvimento das etapas do projeto, os estudantes de graduação que propuseram a atividade no Jardim Jaqueline, os professores da disciplina, as estudantes de mestrado, a notar Tatiana Zamoner que desenvolveu sua tese de mestrado (2013) sobre o Jardim Jaqueline, as líderes comunitárias, os coletivos dos quais tomamos contato como o ProGuetto e Batukai, passando pela assessoria do vereador, a arquiteta da subprefeitura, além claro das professoras que nos orientaram ao longo do processo e de todos os estudantes que participaram do projeto ao longo dos anos. Acreditamos que sem essa enorme conjuntura política, o projeto dificilmente sairia do papel. Apesar desse arranjo praticamente único, entendemos que ao elucidá-lo possibilita-se que façamos análises críticas e que com isso, seja possivelmente replicável em outros contextos, contando claro com adaptações locais. Entender o papel da Universidade Pública perante a sociedade também é de crucial importância, assim como o papel do Estado e dos entes privados.

SOBRE O PROCESSO: EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?⁶

Ao analisar o processo de construção da praça Só Alegria no tocante às etapas e metodologias, nos permite averiguar em quais pontos o desenvolvimento se mostrou proveitoso, não somente para os estudantes envolvidos, mas para a coletividade. O desenvolvimento do projeto, conforme já enunciado, passou por processos diversos, que grosseiramente podemos entender como “extensão”, portanto, torna-se pertinente a análise sobre.

O papel da extensão universitária, segundo a própria Política Nacional de Extensão Universitária é o de “contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País” (Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012, p. 9), demonstrando talvez um viés tecnicista, colocando estudantes universitários como uma mão de obra técnica gratuita que possa substituir o papel do Estado na solução dos problemas sociais, tendo um papel funcionalista. Portanto, ao debater sobre qual extensão estamos falando, estamos atrás também de qual modelo de Universidade estamos buscando, já que “a extensão traduz bem a luta de classes presentes na Universidade, que produz várias concepções, práticas e políticas diferenciadas nos diferentes momentos históricos do País” (TAVARES, 2001, p. 73).

A primeira questão que se levanta é de que forma o projeto da praça Só Alegria se configurou como uma extensão em todo o seu potencial? Para essa reflexão, devemos tomar como base a leitura do texto *Extensão ou Comunicação*, de Paulo Freire (1963), importante educador brasileiro e mundial. Para Paulo, o ato extensionista, de estender o conhecimento a outro pode ser ruim, colonizador, pois “não são caminhos de libertação. São caminhos de “domesticação” (FREIRE, 1983, p.28), quando feito sem diálogo, sem troca, em que o técnico detentor de um saber se ve superior ao não técnico que na sua visão não detém conhecimento, tanto que Paulo prefere a definição “comunicação” ao invés de “extensão”, pois assim, explicita a necessidade de troca, de diálogo, Não há comunicação sem que haja no mínimo, um locutor e um interlocutor minimamente interessados e que falem sobre o mesmo assunto.

Quando retomamos o papel histórico das extensões universitárias na América Latina, no começo do século XX, notamos que o movimento estudantil tem um papel fundamental na definição de como as Universidades agiram perante a sociedade, especialmente nas Universidades Populares, conforme elucida Rocha: “Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades que estudavam.” (ROCHA, 2001, p.19). Nos anos 30, a extensão passa por um caráter messiânico religioso, durante os anos 60, retoma-se o caráter educacional e dialético da extensão, com base na teoria freiriana, no entanto, poucos anos depois, especialmente nos anos 70 durante a ditadura civil militar brasileira, o movimento estudantil passa a ser perseguido, e com isso, a extensão muda de patamar, sendo uma prática corporativa de prestação de serviço. Após a reabertura democrática, retoma-se a teoria freireana para a busca pela extensão que dialogasse com a sociedade e que pudesse construir o conhecimento em conjunto. Portanto fica evidente a necessidade de reflexão na atuação da

⁶ Referência ao título do livro “Extensão ou Comunicação” de Paulo Freire, publicado inicialmente em 1969.

universidade perante a sociedade, com fundamental papel do movimento estudantil, perante a construção do Estado e da democracia, sem esquecer aspectos históricos pois “as formas como se constrói e reconstrói o conceito de extensão universitária na América Latina não pode ser feita senão dentro de uma dimensão diacrônica” (ROCHA, 2001, p.13).

No seu início, ainda por meio da matéria de graduação, a situação de contato com comunidades para muitos estudantes foi inédito. Observamos um primeiro sinal da desconexão da academia (ou parte dela) com a sociedade, ainda mais se tratando de cursos de arquitetura e urbanismo, conhecidamente elitistas. Podemos, portanto, levantar o questionamento da pertinência da existência do que chamamos grosseiramente de “extensão”, pois, segundo Pedro Demo “no fundo, a extensão quer responder ao desafio da qualidade política na formação universitária” (DEMO, 2001, p. 152), sendo assim um “acessório” (DEMO, 2001, p. 141). Para o autor (e outros como José Maria de Paiva, Paulo Sílvio Botomé e Regis de Moraes), a inexistência da extensão se justifica qualificando e dando maior sentido social ao ensino universitário, estando presente no Ensino e na Pesquisa, “estando no seu devido lugar” (DEMO, 2001, p. 156). Mesmo assim, o fato do primeiro contato dos estudantes com a comunidade ter permitido, ao longo de anos, a construção efetiva de um espaço público, demonstra o potencial da Universidade pública, em associação com a população, de enfrentamento da realidade.

A continuidade do projeto, por meio da extensão. É de se elevar o desejo por parte dos estudantes em continuar um trabalho desenvolvido ao longo de um semestre de graduação. A questão do tempo, aqui é novamente relevante, pois, o espaço de um semestre acaba por ser pequeno frente às propostas de enfrentamento da realidade. Durante conversa informal (2018) com os integrantes do grupo da extensão, foi comentado o aspecto do tempo desprezado, da dificuldade de “engrenar” no projeto. Novamente, o contato com a população foi baixo, limitando de certo modo a construção do saber em conjunto da sociedade, mesmo que inserido na extensão universitária.

Com a retomada do projeto em 2016 com a parceria feita com a entidade autogerida Fau Social, um dos principais pontos levantados foi a da vontade de haver maior contato com a população do Jardim Jaqueline. Apesar de ter sido um ponto que foi buscado desde o início da retomada do projeto, não foi tarefa fácil. Com a busca para que os entes públicos e privados de fato realizassem a construção das partes da praça, o grupo dependeu em diversos momentos de respostas de tais agentes para que prosseguisse. Após duas tentativas, conseguimos realizar um momento de maior contato social do grupo de projeto com os moradores da comunidade (Figura 08).

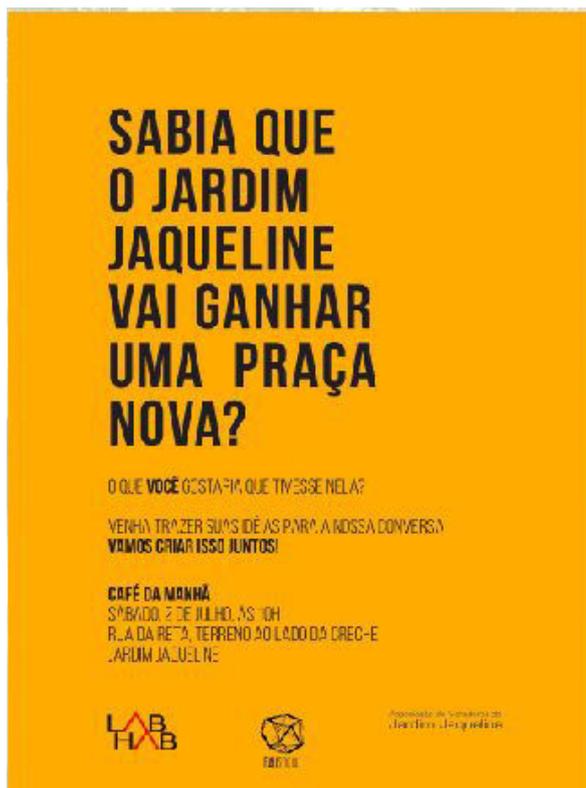


Figura 08: Panfleto de chamamento para o café da manhã. Elaboração: Grupo do projeto.

De fato, o grupo teve pouco contato com a comunidade e com os futuros usuários, as crianças, para realmente construir um projeto em conjunto, desenhado por muitas mãos. Em um momento, da assembleia/café da manhã realizado no local pouco antes do início das obras, conseguimos nos apresentar às crianças e aos adultos presentes. No entanto, a postura que foi tomada naquele momento, pode ter sido posta com uma hierarquia que separava os donos do saber, e no caso, do projeto, que levavam o saber, para os que iriam receber o projeto. Ali fora o momento de compreensão das propostas técnicas já estabelecidas de forma hierárquica, pois segundo Jonathas Silva “se você entra com o teu arsenal de desenhos antes do diálogo, você quebra qualquer possibilidade de haver realmente um diálogo” (FERREIRA, 2017, p.194 apud SILVA, Jonathas Magalhães)(Figura 09).



Figura 09: Café da manhã realizado na Praça Só Alegria. Fonte: Autor.

Podemos citar inúmeros fatores para tal cenário, como a falta de tempo dos estudantes que enfrentam um curso de altíssima demanda horária⁷, a impossibilidade de comparecimento dos moradores também pela falta de tempo e a falta de interesse por parte dos mesmos mediante descrença no projeto.

Afora tais dificuldades, o contato com as lideranças comunitárias foi significativo como um todo. Nas visitas que o grupo de projeto realizava à comunidade havia troca de saberes e histórias entre as lideranças e o grupo de projeto e a cada visita, o grupo aprendia mais sobre o Jardim Jaqueline e as lideranças sobre o trabalho de arquitetos e urbanistas. Ao longo do ano, o grupo teve oficialmente 17 reuniões, sendo 5 delas no Jardim Jaqueline, fora visitas esporádicas dos membros do projeto. Em conversa informal com um dos extensionistas (2018), o projeto como um todo foi definido como “pragmático”, mas com enorme valia acadêmica e social, apesar de não ter sido construído fisicamente e metodologicamente de modo ideal, com grande participação popular.

Para todo o grupo de projeto, o aprendizado adquirido foi fundamental para a formação acadêmica de cada um. Entender que o desenho do projeto de arquitetura e urbanismo tem um potencial agregador, além de balizador de espaços também é fundamental. Sem o desenho do espaço, a junção de vários entes, sejam públicos, privados e universitários não seria possível. O fato de o espaço construído não ter sido exatamente igual ao desenhado de certo modo frustrou o grupo em um determinado ponto, o que levou a reflexão do valor do projeto para a construção. Durante a formação do arquiteto urbanista há uma enorme ênfase na prática projetual, notado pela enorme carga horária despendida em tal prática. Caberia questionar a formação generalista do arquiteto urbanista que abre pouco espaço para a construção de fato, durante a graduação, da arquitetura e do urbanismo. Sendo assim, “a conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação - reflexão “ (FREIRE, 1979, p.15).

⁷ Ver tese de doutoramento de Antônio Barossi (2005), O Ensino de Projeto na FAU-USP, capítulo 1 Tempo/Aluno, A estrutura Curricular como Arquitetura, que trata sobre da carga horária dos estudantes.

CONTEXTUALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO DA PRAÇA SÓ ALEGRIA - JARDIM JAQUELINE

A qualidade de vida nos ambientes urbanos está diretamente ligada aos espaços públicos oferecidos à população. O conceito de espaço público tem sido amplamente discutido em nossa sociedade. Desde a Grécia Antiga e a função social e política das ágoras, passando pelas cidades ideais renascentistas e a utopia modernista, o espaço público e seu poder transformação social têm sido tema dos debates de arquitetos e urbanistas, cientistas sociais, geógrafos, historiadores, etc. Afinal, o que faz do espaço público um espaço de qualidade? A qualidade dos ambientes é um reflexo da concepção de qualidade, um bom projeto não é só resultado de um bom desenho e sim o resultado de um conjunto de ações que tem como base as necessidades e os anseios de uma comunidade. O espaço público é considerado como o lugar “onde o poder se torna visível, onde a sociedade tem melhor oportunidade de se expressar, e é também nele que o simbolismo coletivo se materializa.” (BRANDÃO; REMESSAR, 2004)

Tratando-se a Praça Só Alegria como um espaço público inserido na realidade da favela, que se caracteriza como tantas outras pela ausência de infraestruturas básicas e que, portanto, limitam e dificultam o exercício pleno da cidadania, essa noção permeia grande parte da análise realizada, pois “ a cidade foi o local, o produto das mediações” (LEFEBVRE, 2001, p.61), fortalecendo ligações com o componente cultural e histórico.

Sendo espaços públicos locais de grande protagonismo do usuário, avaliar sua qualidade é avaliar a percepção dos utilizadores através dos sentidos e do fomento às relações sociais e ainda, como o espaço é vivido e utilizado. Podemos definir avaliação pós ocupação como:

“um conjunto de métodos e técnicas de avaliação de desempenho aplicado no decorrer do uso de qualquer tipo de ambiente construído (por exemplo: empreendimentos habitacionais, escolas, hospitais, edifícios de escritórios, praças, parques, estações de metrô e outros) visando aferir e estabelecer diagnósticos que levem em consideração o parecer dos especialistas e as necessidades e/ou níveis de satisfação dos usuários finais destes ambientes”. (ABIKO; ORNSTEIN, 2002, p. 10 e 11).

METODOLOGIA DESENVOLVIDA E APLICADA

A avaliação pós ocupação pode ser utilizada para diversos propósitos a partir da metodologia aplicada no processo. O processo de avaliação do ambiente construído deve ser sistematizado a fim de compreender o espaço como um produto, com um ciclo de vida determinado e fases de produção e de uso. Na experiência anteriormente relatada a fase de produção se deu através do contato com os estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo com o contexto sócio-econômico e urbano do Jardim Jaqueline, posteriormente a atuação de extensionistas e estudantes organizados através de uma entidade autogerida, além da articulação política que o projeto envolve. A fase de uso do espaço construído se dá a partir do momento em que o ambiente passa a ter

papel social na vida e no cotidiano dos moradores, sendo necessário avaliar a satisfação dos mesmos.

O objetivo inicial desta análise consiste em contribuir com a investigação qualitativa das intervenções em espaços públicos periféricos de modo a colaborar com desenhos mais adequados ao mesmo, além de compreender a relação de troca entre a academia e a sociedade na elaboração de ambientes públicos. Após analisar metodologias de avaliações pós ocupação e qualidade do espaço optou-se por abordar a temática através de dois aspectos: o sensível, através da aproximação com os moradores, visitas de campo, entrevistas e diálogos abertos sobre a função social da Praça Só Alegria e as sensações percebidas pelos seus frequentantes; e técnico, como estudantes de Arquitetura e Urbanismo, buscando análises profissionais e cientificamente comprovadas de espaços públicos (“*check lists*”). A associação de metodologias distintas que abordam tanto o aspecto técnico como o humano nos fornece um panorama mais conciso da pós ocupação do ambiente.

- a. Avaliação sensível: A avaliação sensível se deu através de três visitas em dias distintos à praça. A primeira delas ocorreu em 22 de setembro de 2018 no período da manhã, sendo apenas de reconhecimento local e compreensão do conflito espaço projetado X espaço construído. A segunda visita consistia em avaliar a percepção dos usuários do espaço através de um questionário desenvolvido por Araújo (2007) que leva em consideração fatores como: arquitetura, usos, espaços verdes, infra estrutura, obras de arte e mobiliário urbano, mobilidade e pavimentos. Tal questionário foi elaborado a fim de ser respondido por pessoas que se encontram na praça ou em sua envolvente, realizando um diagnóstico local e permitindo encontrar possibilidades e limitações de utilização do espaço, bem como os equipamentos disponíveis. Algumas adaptações foram realizadas no questionário original e o produto aplicado está representado na figura abaixo. A avaliação sensível, também é considerada qualitativa pois tem como resultado o comportamento e atitude dos utilizadores com base em sua memória e sensação sobre o espaço.



CHECK LIST DA AVALIAÇÃO DO USUÁRIO (Araújo, 2007)									
IDENTIFICAÇÃO									
Nome:				Profissão:					
Idade:	15-24	25-44	45-64	65 ou mais	Residente do Jardim Jaqueline?	Sim	Não	Outro	
Com que frequência utiliza a praça?	1 a 2x por semana	2 a 3x por semana	3 a 4x por semana	Outros	Como utiliza a praça?	Lazer/Descanso	Acompanha crianças	Esportes/Atividade Física	Outro
Dia da semana e horário em que mais frequenta o local:									
Estava ciente do projeto da praça? Se sim, confiava que ele iria sair do papel?									
GRUPO 1 - CONFORTO						Ótimo	Bom	Atende às necessidades /Regular	Ruim
Como você avalia o tamanho do mobiliário da praça? (adequação à proporção humana)									
Como você avalia o tamanho das áreas de estar?									
Como você avalia o tamanho da área de esporte?									
Como você avalia a facilidade de caminhar pela praça?									
Como você avalia o barulho na praça?									
Como você avalia o cheiro da praça?									
GRUPO 2 - ESTÉTICA						Ótimo	Bom	Atende às necessidades /Regular	Ruim
Qual a sua opinião sobre a estética da praça? (espaço bonito/espaço feio)									
Como você avalia a questão da presença do lixo na praça?									
Como você avalia a possibilidade de ter grafites pela praça?									
Qual a sua opinião sobre a vegetação atualmente presente na praça?									
Qual a sua opinião sobre a proximidade do shopping em relação à praça? (o fundo do shopping ficar aparecendo na paisagem)									
GRUPO 3 - PROGRAMA						Ótimo	Bom	Atende às necessidades /Regular	Ruim
Qual é sua opinião sobre os espaços de estar? (mesas, cadeiras, bancos)									
Qual é a sua opinião sobre os equipamentos de esporte e musculação?									
Qual é a sua opinião sobre o espaço destinado às crianças? (parquinho)									
Como você avalia a possibilidade de implantação de bebedouros na praça?									
Como você avalia a possibilidade de pontos de WiFi pela praça?									
Como você avalia a possibilidade de pontos de energia elétrica pela praça?									
O que você acha do pomar que está sendo implantado na praça?									
GRUPO 4 - SEGURANÇA						Ótimo	Bom	Atende às necessidades /Regular	Ruim
Como você avalia o espaço em questão de segurança contra furtos/assaltos?									
Como você avalia o espaço em relação à segurança da mulher? (assédios/importunações)									
Como você avalia o espaço em questão de segurança contra acidentes/quedas?									
Como você avalia a possibilidade de iluminação pública para aumento de segurança geral?									

A medida em que o questionário foi aplicado, algumas inconsistências nas perguntas elaboradas foram sendo percebidas, encaminhando a proposta a um diálogo aberto com a população, deixando-os confortáveis para expressar aspectos positivos e negativos dos espaços.

A terceira e última visita foi realizada em 10 de novembro de 2018, também no período da manhã com o intuito de captar últimos depoimentos dos usuários e avaliar a acessibilidade do local.

b. Avaliação técnica: A avaliação técnica corresponde à um olhar quantitativo sobre o projeto e sua execução. Para os parâmetros técnicos foram observados aspectos da NBR 9050/2015 (Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e a metodologia de avaliação desenvolvida por Pedro Brandão em seu livro “O Chão e a Cidade” (2002), onde a análise se dá através de uma perspectiva política e técnica, com capacidade para gerir e controlar o planejamento e o desenho da cidade. Nessa metodologia são enumerados um

conjunto de características que englobam importantes fatores a serem considerados em um espaço público. Tais características são divididas em critérios gerais (induzindo a qualidade do espaço de maneira qualitativa) e critérios específicos (elementos de maior detalhe, listagem e enumeração de objetos/equipamentos).

É importante mencionar que os critérios só foram preenchidos após uma análise do projeto inicial, visitas de campo, análise do *as built* (projeto executado) e compatibilização do mesmo com a norma de acessibilidade.



Figura 10: *As built* da Praça Só Alegria, realizado em 2017 antes da construção da entrada inferior e com o projeto da horta não executada. Elaborado: Grupo do projeto.

RESULTADOS ENCONTRADOS

1) ENTREVISTAS

Ao começar a aplicar o questionário, ficava claro que as perguntas separadas serviriam para basear uma conversa, muito mais do que um *check list* de uma sequência de perguntas. As conversas não se limitavam ao assunto perguntado, nem a resposta aos parâmetros estabelecidos, configurando conversas muito mais ricas e reveladoras do que as perguntas permitiram. Ademais, em um espaço de cerca de uma hora e meia, cinco questionários foram respondidos. Pelos questionários, podemos notar a receptividade que o projeto tem perante os usuários. Em todas as conversas, agradeceram o empenho do grupo de projeto e das lideranças em de fato construir o local.

Quando perguntadas se sabiam da existência do projeto e da articulação que poderia resultar na construção efetiva do espaço, responderam que sim e quando perguntados se confiavam que o projeto de fato seria concretizado, somente um deles respondera que não. Ao serem questionados sobre a possibilidade de implementação de outras infraestruturas no local, como instalação de luz pública, *wi-fi* e bebedouros (responsabilidade do poder público) foram unânimes em concordar que tais ações seriam benéficas para o uso do local. Quando perguntados sobre a qualidade da obra executada, responderam que o tamanho dos locais e do mobiliário eram adequados. E sobre a segurança do local, responderam que no quesito furtos/assaltos não há ocorrências dentro da praça, já quando perguntados sobre a segurança em relação a acidentes, notaram que há locais não tão seguros. Um dos entrevistados, inclusive, contou sobre um incidente com uma idosa que escorregou quando se aproximava dos equipamentos de ginástica (Figura 14, imagem da direita). O caminho implantado não constava no projeto original (Figura 11, imagem da direita) e desde o dia em

que este passeio foi concluído, inúmeras pessoas, incluindo o grupo de projeto, alertaram que havia riscos aos usuários.

Enquanto parte das entrevistas ocorria formalmente, um grupo de 8 (oito) meninos, com idade entre 9 (nove) e 12 (doze) anos, brincava na quadra e demonstrou estranhamento quando viu o questionário sendo aplicado. Tal fato foi a possibilidade para uma conversa descontraída em que cada uma das questões era respondida pelo grupo de garotos, seguido de um debate entusiasmado sobre possíveis mudanças na praça. Ao serem questionados sobre o uso do espaço antes da implementação da praça, o grupo comentou que costumava jogar bola no campo que havia sido desativado e que por algum tempo eles ficaram sem um espaço de lazer, até o momento em que a praça foi implementada e eles passaram a frequentá-la quase todos os dias da semana após a escola. Questionados sobre outros equipamentos que poderiam ser instalados na praça uma parte do grupo priorizou um *playground* de melhor qualidade e mais espaço para a crianças menores, outra parte preferia que a quadra fosse ampliada. Todos concordaram que a instalação de bebedouros, rede de *wi-fi* e iluminação tornaria o espaço mais atraente e frequentado. Também foi unanimidade que seria muito interessante a execução de uma horta no local e o plantio de mais árvores frutíferas para que os garotos pudessem consumir seus frutos durante uma tarde na praça. Apesar de serem muito jovens, os garotos teceram críticas à manutenção do local, que, segundo os mesmos, não é realizada adequadamente e periodicamente. Quando questionados sobre os responsáveis pela falta de manutenção do espaço o grupo não hesitou em apontar o poder público como um dos possíveis culpados. Outra crítica apontada foi em relação aos fumantes que frequentam o local e fazem com que os garotos sintam-se desconfortáveis em compartilhar o mesmo espaço. Tal abordagem demonstrou que o diálogo com as crianças é essencial para entender como o espaço é utilizado e quais medidas podem ser tomadas para melhorar sua qualidade.

Após a conclusão das 5 entrevistas com jovens e adultos e da conversa com as crianças, já havia outros usuários na praça. Uma jovem mãe levava seus dois filhos para brincar na praça pela primeira vez. Comentou brevemente que achava muito boa a existência de locais como aquele na comunidade e reclamou da presença de fumantes em um local que havia a predominância de crianças.

2) ANÁLISE DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Ao adentrar a praça é possível notar que alguns elementos presentes no projeto não estão presentes na paisagem, demonstrando que parte do desenho não foi concretizado no momento da obra. A mão de obra contratada para executar o projeto, apesar de ser em sua maioria local, não possuía vínculo com a equipe e a liderança da comunidade e sentiu-se confortável em realizar alterações no desenho inicial. Algumas alterações, foram realizadas de fato, devido à dificuldade em adentrar a praça com os equipamentos de construção civil, mas parte delas deu-se espontaneamente através da equipe de execução, que iniciou as obras sem o projeto em mãos, com ferramentas inadequadas, sem equipamentos de segurança adequados, ou seja, reproduzindo mais uma vez as más condições dos trabalhadores na construção civil brasileira.



Figura 11: Condições de trabalho e trabalho realizado. Fonte: Autor

Percorrendo os espaços de permanência na praça é possível notar a falta de manutenção dos equipamentos e a fragilidade dos materiais com que os mesmos foram construídos. A grande maioria das soldas dos corrimãos de metal e de partes constituintes da quadra, já foi deteriorada (Figura 12), e um dos platôs de concreto perdeu parte do embasamento, proporcionando situação de risco à fissura.



Figura 12: Crianças brincam na quadra já deteriorada. Fonte: Autor

A manutenção geral da praça ficou sob informalmente responsabilidade do Raposo *Shopping* - nenhum contrato foi assinado, que, no entanto, não a realiza de forma periódica, ocasionando problemas de preservação. Ademais, vale pontuar que nem todos os equipamentos que se encontram com algum nível de deterioração são decorrentes da falta de manutenção, sendo justificado pelo excesso de uso, tais como, a área de ginástica. É

importante mencionar que durante o processo de avaliação a administração do *shopping* foi contactada através do *e-mail* e telefone para fornecer maiores esclarecimentos, mas não retornou contato.



Figura 13: Diferença na manutenção do Raposo Shopping e da Praça Só Alegria. Fonte: Autor

Em relação à acessibilidade da praça observamos inconsistências em relação à Norma Brasileira de Acessibilidade. A entrada principal, por exemplo, possui escadaria com espelhos irregulares e rampa não acessível à portadores de mobilidade reduzida. Um dos patamares da rampa, produzido em concreto, está cedendo inviabilizando a passagem de cadeiras de rodas com segurança. Os corrimãos com solda deteriorada estão presentes nesse trecho da rampa, agravando ainda mais a falta de segurança do usuário. A faixa de acesso aos outros níveis da praça executada em pedrisco tem uma inclinação de cerca de 12%, também não atendendo às normas técnicas aplicáveis.



Figura 14: Patamar cedendo e acesso ao patamar da área de ginástica. Fonte: Autor

A seguir apresentaremos o *check list* desenvolvido por Pedro Brandão (2002) analisando alguns pontos gerais e específicos do espaço. A tabela foi preenchida após análise do espaço construído e visitas de campo, citando pontos que ainda não haviam sido comentados no decorrer da explanação.



CHECK LIST DOS CRITÉRIOS GERAIS (Brandão, 2002)			
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Avaliação (1 a 5)
Identidade Caráter e significado do espaço; forma como os usuários aderem, se relacionam e se apropriam do espaço.	Comparecimento da população no café da manhã onde seriam discutidos alguns aspectos do projeto realizado pelos estudantes. População escolher de maneira coletiva o nome que daria a praça. Moradores plantam árvores na praça constantemente, levam semestres e mudar novas. O espaço ser utilizado para eventos sociais (festas de aniversário, almoços, batalha de rap, churrascos) - usos se concentram na cota mais baixa da praça.	Alguns usuários da praça não recolhem o lixo produzido durante sua atividade no espaço, o que pode demonstrar não adesão à ideia de cuidar coletivamente do local.	4
Continuidade Permeabilidade Integração no contexto e na malha urbana, contribuindo para a fluidez e coerência visual do local a redes e serviços.	Integração da praça com o sistema viário existente, principalmente em relação ao transporte coletivo - a praça possui acesso fácil através de linhas de ônibus e futura estação de metrô. O fato da praça ser mais próxima da rodovia e dos equipamentos proporciona uso por pessoas que não necessariamente residem no entorno imediato à ela.	A permeabilidade visual para quem está fora da praça é prejudicada à medida que as copas das árvores se desenvolvem, fazendo com que a poda constante seja necessária. Uma dos lados da praça é constituído pelo muro que a separa do shopping Raposo Tavares prejudicando a permeabilidade visual do usuário do local - vista da edificação do shopping como uma barreira intransponível.	3
Segurança Conforto Apazibilização Qualidades físicas, funcionais e formais do espaço, visando a qualidade do uso. Vegetação, luz, equipamento.	A vegetação local cria um ambiente agradável em relação ao conforto térmico e protege os usuários em dia de sol forte, gerando espaços confortáveis de sombra e iluminação natural adequada. Os equipamentos presentes no local deixam claro as atividades que podem ser desenvolvidas na praça, espaços de descanso, espaços de lazer para crianças pequenas e mais velhas e espaços de atividade física para idosos.	O tipo de vegetação presente no local é bastante homogêneo, sendo predominantemente composto por árvores, sem vegetação rasteira ou de meia altura. A coloração da vegetação é, em sua maioria verde, proporcionando pouca variação de cor ao ambiente. Dentre as espécies de árvores presentes podemos identificar muitos exemplares de paineiras, contendo espinhos que podem comprometer a segurança de quem transita pelo espaço. No tocante à segurança também podemos apontar a falta de iluminação pública, prejudicando a visibilidade noturna tornando o espaço inseguro.	2
Mobilidade Acessibilidade Permeabilidade Facilidade de ligações físicas; adequação a diferentes tipos de deslocação; separação de vias, delimitações.	Delimitação clara das vias que circundam a praça e do perímetro da mesma.	O espaço não é adequado às normas de acessibilidade vigentes (NBR 9050/2015), a calçada que dá acesso direto à praça não possui condições adequadas ao trânsito de pedestres	2
Inclusão Coesão Social Consideração de expectativas e necessidade, sem exclusão no uso do espaço, de qualquer grupo social. Controle da privatização do espaço.	Espaço de convívio da comunidade, abrigando população de todas as idades, homens e mulheres.	Grade na quadra, divergência de público em relação ao uso da quadra (quadra é pequena para adolescentes/adultos praticarem esportes), conflito de uso quando um grupo utiliza o espaço da praça para utilizar drogas ilícitas (intimidando outros grupos a compartilharem esses espaços). A falta de acessibilidade do espaço restringe uso à determinados grupos (mobilidade reduzida, idosos, mulheres à noite).	2
Legibilidade Características físicas, formais e funcionais que contribuem para a rápida e fácil compreensão do espaço.	O espaço é facilmente compreendido através da demarcação dos caminhos a serem percorridos e dos usos propostos através dos equipamentos.	A diferença de nível da praça é muito grande, a ponto do usuário que está na cota mais baixa não enxergar a cota mais alta do local como área acessível e pertencente ao espaço. Além disso, a cota mais alta da praça se configura como um espaço de difícil leitura pois não possui equipamentos à população e sua declividade não permite trânsito de pessoas.	3
Diversidade Adaptabilidade Flexibilidade e versatilidade para a adaptação e usos diversos e as possíveis alterações futuras.	Apesar de possuir equipamentos com uso específico (playground, academia) há espaços versáteis a outros tipo uso (área de estar e quadra) demonstrando possibilidade de adaptações à diversos tipos de atividades. Além disso, no que diz respeito à futuras ampliações a praça possui várias áreas apenas com gramado onde poderiam ser implantados outros usos ao espaço.	Não foram identificados pontos fracos desse aspecto.	5
Resistência Durabilidade Adequação dos materiais e equipamentos às solicitações do uso, desgaste, vandalismo, clima, etc. Manutenção minimizada.	A infraestrutura da praça foi projetada com materiais duráveis (concreto, blocos de alvenaria), que possuem resistência adequada ao seu uso.	Apesar dos equipamentos da praça terem sido projetados com materiais duráveis (madeira tratada e tubos metálicos), sua execução não foi adequada causando desgaste precoce e fragilidade construtiva. As entidades responsáveis pela manutenção da praça não a realizam de maneira adequada e frequente.	2
Sustentabilidade Gestão equilibrada dos recursos consumidos (instalação, energia, manutenção) com criação de valor (benefício econômico, ambiente e social). Otimização do uso do solo e dos transportes públicos.	A manutenção geral da praça não consome recursos e energia em excesso, podendo ser realizada de maneira econômica. De certo modo, a implantação da praça valorizou seu entorno imediato, gerando benefícios sociais e econômicos para a região e otimizando o solo urbano que era anteriormente cercado e sem uso.	Apesar da manutenção não consumir recursos e energia desnecessários, alguns pontos da praça são negligenciados e poderiam receber maior atenção (quadra, corte da grama, playground e equipamentos de ginástica).	4



CHECK LIST DOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS (Brandão, 2002)				
Crítérios	Pontos Fortes	Adequado	Pontos Fracos	N/Aplicável
ELEMENTOS E ESTRUTURAS NATURAIS				
Dimensionamento/posicionamento (escala, relação com a envolvente)	-	Árvores estão espalhadas pela praça.	Cóps prejudicam a visibilidade da praça quando a poda não é realizada. Presença de árvores palmeiras (espinhos no caule). Ausência de espécies vegetativas de portes baixos e médios.	-
Serviço/Performance (aspectos cênicos-simbólicos, controle microclimático)	-	O porte das árvores é predominantemente médio, proporcionando sombra e temperatura adequada aos usuários da praça.	-	-
Conservação/Resistência (capacidade de carga, exigência de manutenção, resistência à seca)	Presença somente de vegetação rasteira pisoteável, não havendo espécies vegetais delicadas à seca e ao pisoteio.	Por se tratar de um espaço com usos predominantemente lúdicos, a não presença de vegetações com espinhos é adequada	A manutenção exigida é pouco realizada.	-
ELEMENTOS DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA (ARTE PÚBLICA)				
Dimensionamento/posicionamento (especificidade do local, escala, relação com a envolvente, vistas panorâmicas)	-	-	-	Não
Serviço/Performance (lúdico-social, econômico-institucional, educativo-cultural, cívico, ambiental)	-	-	-	Não
Conservação/Resistência (longevidade, resistências às intempéries e ao vandalismo, manutenção)	-	-	-	Não
Coerência/Integração (no espaço, envolvimento da comunidade)	-	-	-	Não
ELEMENTOS E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO URBANA				
Dimensionamento/posicionamento (interferência com vistas, panoramas, condições de circulação e apreensão, área de influência)	-	-	-	Não
Serviço/Performance (legibilidade, modularidade, eficácia); acessibilidade visual, funções de orientação, direção, identificação, regulação;	-	-	-	Não
Conservação/Resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo dos suportes, manutenção)	-	-	-	Não
EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO (COMENTÁRIOS GERAIS)				
Quadra	A quadra possibilita o uso de crianças de pouca idade.	-	O espaço foi construído com materiais de baixa qualidade, prejudicando o seu uso ao longo do tempo.	-
Áreas de estar	Algumas áreas de estar se localizam em espaços sombreados.	As áreas de estar são providas de mobiliário adequado ao uso proposto.	A manutenção dos espaços não é realizada frequentemente.	-
Área infantil	-	Mobiliário adequado ao uso infantil.	O uso de caixas de areia nos locais de uso infantil, aumentando o risco de doenças. Além disso, a manutenção não é adequada.	-
Área de ginástica	Aparelhos adequados ao uso de idosos.	Equipamentos não necessitam de manutenção frequente.	Ausência de guarda corpo e ausência de pontos sombreados.	-
ESTRUTURAS E SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO				
Dimensionamento/Posicionamento; (relação funcional/formal com envolvente, identidade)	-	-	-	Não
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, modularidade, diversidade, simbolismo, segurança, conforto,...)	-	-	-	Não
Conservação/Resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo, manutenção, facilidade de montagem/desmontagem e de substituição de componentes, consumo, ciclo de vida)	-	-	-	Não
Coerência/Integração (no espaço e paisagem urbanos,...)	-	-	-	Não
INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS E TRANSPORTES (RUAS E PASSEIOS)				
Dimensionamento/Posicionamento; (relação funcional/formal com a envolvente e com os fluxos de circulação, dotação de estacionamento, níveis de velocidade)	-	A largura dos passeios propostos é confortável para o uso de até 2 pessoas simultaneamente.	O posicionamento de um dos passeios é extremamente equivocado, causando inclinação elevada, dificultando a locomoção.	-
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto,...)	-	-	O desenho, principalmente de união dos caminhos, é equivocado, causando inclinações desfavoráveis ao caminhar, sendo inseguros e desconfortáveis.	-
Conservação/Resistência (relação com as infra-estruturas,...)	-	-	A conservação de alguns caminhos também se mostra deficitária, havendo pontos de rachadura.	-



INFRA-ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS					
Dimensionamento/Posicionamento; (relação funcional/formal com a superfície)	-	-	-	-	Não
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança,...)	-	-	-	-	Não
Conservação/Resistência (relação com a superfície, facilidade de manutenção e substituição,...)	-	-	-	-	Não
Coerência/Integração (no espaço urbano, na rede viária e na dinâmica dos locais,...)	-	-	-	-	Não
ESTACIONAMENTO					
Dimensionamento/Posicionamento; (Dotação, relação funcional/formal com a envolvente e com os fluxos de circulação,)	-	-	-	-	Não
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto,...)	-	-	-	-	Não
Conservação/Resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção,...)	-	-	-	-	Não
Coerência/Integração (no espaço urbano, na rede viária e na dinâmica dos locais,...)	-	-	-	-	Não
PAVIMENTOS					
Dimensionamento/Posicionamento	-	O dimensionamento dos pavimentos do local permitem o uso de acordo com o programa estabelecido.	-	-	-
Serviço/Performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, simbolismo,...)	-	Os pavimentos possibilitam o uso funcional de acordo com o programa estabelecido.	A acessibilidade dos pavimentos é comprometida em decorrência dos caminhos propostos/executados. A segurança também sofre redução pois não há guarda corpo nos pavimentos.	-	-
Conservação/Resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção e substituição,...)	-	O material utilizado para construção dos pavimentos é adequado ao uso proposto (concreto).	Em decorrência da falta de manutenção, a substituição de partes dos pavimentos é dificultada pelo material escolhido para a construção.	-	-
Coerência/Integração (no espaço urbano, na rede viária e na dinâmica dos locais,...)	-	Um dos acessos à praça se dá pela calçada adentrando um dos pavimentos construídos.	-	-	-

Analisando o *check list* acima notamos a repetição como ponto negativo a falta de manutenção do espaço, sendo esse um ponto falho para o grupo de projeto, a não realização de um manual de manutenção que talvez pudesse contornar esse aspecto ou que empoderasse algum morador, notadamente as lideranças, que em posse desse documento, pudesse cobrar as entidades responsáveis.

CONCLUSÕES E APRENDIZADOS

Podemos concluir que analisando o processo como um todo a participação estudantil para enfrentamento do chamado “mundo real”, colocando em prática os aprendizados em salas de aula é de extrema importância. No entanto, não devemos nos limitar a qualquer envolvimento, sendo assim, a reflexão sobre a prática da chamada “extensão universitária” deve caminhar em conjunto com a realização da mesma. O exemplo do projeto apresentado nos mostra que tanto a prática de levar o conhecimento para fora das salas de aula, como a análise posterior dessa prática são complexas e necessárias.

O envolvimento de pesquisadores com a população, especialmente os que detêm menos acesso aos direitos básicos é uma via importante de construção de conhecimento e ciência. Para o exemplo apresentado, as pesquisadoras de Mestrado, junto com as lideranças locais, puderam ajudar na legitimação da atuação estudantil.

Em relação à avaliação pós ocupação, não se pretendia chegar a uma conclusão elementar em relação a qualidade dos espaços públicos periféricos. A experiência mais

valiosa desta narrativa foi a tentativa de empoderar parte da população a fim de assumir-se como protagonista desses espaços e compreender que seu posicionamento crítico em relação ao mesmo é imprescindível para a manutenção da qualidade do espaço analisado e para a concepção de espaços no futuro. Esperamos que a análise apresentada seja introdutória a uma série de reflexões por parte dos estudantes e futuros profissionais de Arquitetura e Urbanismo sobre o quanto é necessário voltar o olhar ao produto da construção civil, compreendendo que nosso papel não está encerrado na concepção projetual e sim, na garantia de transformações sociais potencializadas por croquis saindo do papel.



Figura 15: Mensagem grafada em um dos bancos da praça. Fonte: Autor

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, Alex; ORNSTEIN, Sheila. **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. Coletânea Habitare/FINEP 1. FAUUSP, São Paulo, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Norma Brasileira de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

Araújo, L.M. **Avaliação de Espaços Públicos: o caso de duas praças no concelho de Caminha**. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia da Universidade do Minho. 2007.

Brandão, P. ; Remessar, A. **Design Urbano Inclusivo**. Centro Português de Design. Lisboa. 2004.

Brandão, P. **O chão da cidade: Guia de Avaliação do Design de Espaço Público**. Centro Português do Design, Lisboa. 2002.

Brasil, Lei nº16050 de 31 de julho de 2014. **Política de Desenvolvimento Urbano e Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. São Paulo, SP. 2014.

DEMO, Pedro. **Lugar da extensão.** in Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, p. 141-159. Doris Santos (org), UNB. Brasília, 2001.

FERREIRA, Lara. **Arquitetos Militantes na Urbanização de Favelas.** Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983, 7a ed.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Editora Cortez & Moraes. São Paulo, 1979.

GROSBAUM, Márcia. **O espaço público no processo de urbanização de favelas.** Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Editora Centauro. São Paulo, 2001, 5a ed

MARQUES Eduardo; SARAIVA, Camila. **Favelas e Periferias nos anos 2000.** In: KOWARICK, Lucio; MARQUES Eduardo. São Paulo: novos Percursos e Atores. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

Pesquisa Datafolha. **O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil.** CAU/BR, 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>.

ROCHA, Roberto. **A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina.** in Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, p. 13-31. Doris Santos (org), UNB. Brasília, 2001.

TAVARES, Maria. **Os múltiplos conceitos de extensão.** in Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, p. 73-85. Doris Santos (org), UNB. Brasília, 2001.

ZAMONER, Tatiana. **Jardim Jaqueline: a disputa pela paisagem entre a cidade formal e informal.** Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.